

ATA DA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e quinze, às 16 horas, na Sede da Matriz da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos** e dos Diretores, **Marcelo de Araújo Melo**, Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab, **João Marcelo Intini** – Diretoria de Política Agrícola e Informações - Dipai e **Lineu Olímpio de Souza**, Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização - Diafi realizou-se a milésima ducentésima primeira (1.201ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Companhia. Dando início a reunião, o Presidente informou da ausência do Diretor de Gestão de Pessoas – Digep, Sr. Rogério Luiz Zeraik Abdalla que se encontra em férias. Dando início aos comunicados, 1) O Diretor da Dirab, Sr. Marcelo Melo, comunicou as dificuldades vivenciadas em relação à não disponibilidade de recursos para fazer frente à execução das operações que são de competência da Dirab. Nesse sentido o Diretor da Diafi, Sr. Lineu de Souza, esclareceu que em razão da indisponibilidade de limite de movimentação e empenho, as pendências de solicitações de recursos orçamentários para atender às despesas incorridas, e com prazos de pagamentos já vencidos, estão na ordem de R\$ 8,6 milhões. Registrou ainda que, as pendências relativas aos adiantamentos e/ou solicitações de viagem, já alcança aproximadamente R\$ 628 mil, cabendo esclarecer que as restrições relativas ao limite de movimentação e empenho são o fator principal das dificuldades orçamentárias vivenciadas pela Companhia, no segmento das despesas relacionadas, à administração da unidade. É importante chamar a atenção que não estamos falando de dotação orçamentária, recursos financeiros e tampouco de limite de pagamento, mas sim de limite de movimentação e empenho. 2) O Diretor da Diafi, Sr. Lineu de Souza, se manifestou sobre as notícias veiculadas nos jornais sobre dívidas de ICMS da Conab junto ao governo do Estado do Mato Grosso. Sugeriu a constituição de grupo de trabalho com representantes da Conab e do Governo do Estado para levantamento e depuração dos valores e apresentação de propostas de equalização da dívida. Informou ainda que os armazéns da Conab existentes no Estado do Mato Grosso estão penhorados pela Justiça, em razão dos processos de cobrança destas dívidas, que tiveram origem na década de 1990. 3) O Diretor da Dipai, Sr. Marcelo Intini, fez um convite aos demais membros da Diretoria Colegiada para participarem de videoconferências que serão realizadas com os Superintendentes Regionais, no período de 24 a 30/06/2015, que serão utilizadas para aprimorar a gestão orçamentária e financeira do PAA para o exercício de 2015. Os Diretores Lineu e Marcelo ficaram de indicar representantes de suas Diretorias para a participação nas referidas reuniões. 4) O Diretor, Sr. Marcelo Intini, defendeu a necessidade de criação de rubrica orçamentária específica para investimentos em tecnologia da informação, solicitando, reprodução, na íntegra, do material apresentado na Redir. Relatou que durante o último decênio, jamais se conseguiu executar a proposta orçamentária que todos anos é elaborada por dever de ofício, dado que não existe compromisso da Administração em assegurar recursos de modo a se manter correspondência entre o planejamento que origina a proposta orçamentária e os projetos que derivam desse planejamento e que deveriam ser suportados por tal orçamento. Ano após ano, grande parte dos projetos são frustrados, vez que a Conab não destina os recursos orçamentários/financeiros necessários. Essa conduta administrativa causa prejuízos de diversas ordens, a começar pelos esforços humanos desperdiçados com esses projetos

malogrados, que por si só se constituem em grande monta, e os consequentes reflexos na motivação daqueles que vêm seu trabalho de meses perdido, até a descontinuidade de projetos interdependentes que não podem ir adiante sem o devido lastro financeiro, que somados, certamente, ensejam valores vultosos que não são contabilizados por inexistir mensuração de custos implementada na empresa. Vale ressaltar que nos últimos três anos a Conab somente investiu, em 2013, R\$548.250,98 com a aquisição de equipamento de armazenamento de dados (Storage) e R\$999.568,00 para aquisição de microcomputadores, complementado por R\$1.100.000,00 de recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, que possibilitaram a aquisição do mínimo necessário. Deve-se ainda enfatizar que em 2012 nenhum centavo foi investido em TI, enquanto, desde de 2013, o MDS, na esteira do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, tem sido o provedor dos recursos financeiros que têm salvo a Conab de eventual solução de continuidade. Nesse diapasão, a área de TI tem se esforçado e buscado a adesão a atas de registro de preços (ARP) como único meio de aproveitar os bem-vindos recursos do MDS que, apesar de imprescindíveis, chegam extemporaneamente, após os longos trâmites que envolvem os acordos de cooperação. Essa prática de adesão a ARP tem sido combatida pela Consultoria Jurídica que questiona não haver planejamento, por isso a adesão. Todavia, pode-se claramente observar que existe planejamento sim, mas que é impossível executá-lo frente a esse cenário. Nesse contexto, vale lembrar o volume de recursos que o MDS empregou na Conab sob sua égide:

Investimentos – Recursos do MDS – Ano 2013

Nº	Valor	Descrição	Processo
2013NE011584	1.100.000,00	Aquisição de Microcomputadores	21200.002776/2013-19
2013NE012353	791.500,00	Aquisição de equipamentos ativos de rede UAs, Suregs, Matriz	21200.002171/2012-61
2013NE012354	106.800,00	Aquisição de equipamentos ativos de rede UAs, Suregs, Matriz	21200.002171/2012-61
2013NE012355	199.960,00	Aquisição de equipamentos ativos de rede, UAs, Suregs, Matriz	21200.002171/2012-61
2013NE012396	284.375,00	Aquisição de no-breaks para as Uas	21200.002323/2012
2013NE012397	492.336,00	Aquisição de equipamentos ativos de rede Uas, Suregs, Matriz	21200.002171/2012-61

Total de TI 2.974.971,00

2013NE011312 4.410.000,00 Aquisição de 50 caminhonetes 21200.002254/2012-28

Total Geral 7.384.971,00

Investimentos – Recursos do MDS – Ano 2014

Empenhos	Valor	Objeto	Nº Processo
2014NE008211	3.158.060,00	Microcomputadores	21200.001785/2014
2014NE008212	788.928,00	Microcomputadores	21200.001785/2014
2014NE006820	669.934,00	Micros e notebooks	21200.002323/2012
2014NE006524	47.998,00	Micros e notebooks	21200.002323/2012
2014NE007637	482.480,00	Ativos de rede	21200.002171/2012
2014NE007638	162.600,00	Ativos de rede	21200.002171/2012

2014NE006812	387.800,00	Servidores de rede – Suregs	21200.002167/2014
2014NE006809	600.000,00	Servidores de rede – Matriz	21200.002169/2014
2014NE007478	2.268.172,00	Videoconferência	21200.001702/2014
2014NE008325	120.000,00	Videoconferência	21200.001702/2014
2014NE008995	152.760,00	Equipamentos para backup de dados	21200.002558/2014

Total MDS em TI 8.838.732,00

2014NE009063	22.240,00	Gaveta para equipamentos de backup/Fitas	21200.002558/2014
--------------	-----------	--	-------------------

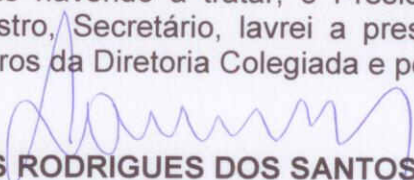
Total Conab em TI 22.240,00

Total R\$ 8.860.972,00

A situação só não atingiu níveis maiores de insegurança administrativa e operacional porque esses recursos do MDS cobriram o mínimo recomendável para que as ações e programas governamentais, sob responsabilidade da Conab, pudessem seguir. Vê-se, portanto, que a Conab tem se colocado de encontro às recomendações dos órgãos de controle que têm focado na necessidade dos órgãos públicos adotarem boas práticas de gestão e governança e que para o atingimento dessas comendações é fundamental que os entes públicos se dotem de ferramental apropriado de TI. Por todo o exposto, requer-se que haja comprometimento de recursos orçamentários por meio de rubrica específica para tecnologia da informação. Do contrário, não há como fazer valer o planejamento de TI e nem tampouco o cumprimento da programação orçamentária anual e todo e qualquer esforço no sentido de contratação está fadado ao insucesso. 5) O Diretor, Sr. Marcelo Intini indagou sobre a composição da Comissão de Negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. Ao tomar conhecimento da Portaria 423, de 28/04/2015, que instituiu a Comissão, sugeriu, o que foi aprovado pelos presentes, que as demais Diretorias também estivessem representadas na referida Comissão. Assim, as Diretorias Dirab, Diafi e Dipai ficaram de indicar seus representantes para a edição de nova portaria pela Presidência. 6) Neste momento, foram convidados os senhores Enos Barbosa, Coordenador da Comissão Conab/BB, e Rafael Bueno, Superintendente de Armazenagem, para tratarem da questão do Plano Nacional de Armazenagem. Iniciando as discussões o Diretor Lineu indagou sobre a remuneração paga ao Banco do Brasil, objeto do contrato celebrado com a Conab, sob a ótica da entrega de produtos, considerando os significativos atrasos que estão ocorrendo. Foi esclarecido pelo Sr. Enos que a metodologia prevista contratualmente utiliza critérios que levam em conta a estrutura montada pelo Banco para atendimento a Conab, dentro de um escopo maior que abrange os segmentos de aeroportos regionais e Casa da Mulher. Em seguida o Sr. Enos apresentou relatório onde consta um resumo do desenvolvimento do projeto, onde pode ser observada a execução dos serviços que estão a cargo do Banco do Brasil, como a entrega dos estudos preliminares de quatro novos armazéns: Xanxerê, Luís Eduardo Magalhães, Campina Grande e Eliseu Martins. Salientou que conforme pode ser observado no referido relatório, os valores apontados pelos EP diferem muito dos valores originalmente previstos. O Diretor Sr. Lineu questionou sobre o encaminhamento a ser dado em relação aos estudos preliminares diante dessa situação, uma vez que no seu entendimento a Conab não tem competência para aprovar ou não estes novos orçamentos, visto que, a considerar os valores apresentados, os recursos aprovados pelo Governo Federal serão insuficientes para atender o projeto como um todo. Argumentou ainda que considerando que o projeto em seu

planejamento inicial contou com a coordenação do Ministério Supervisor e da Casa Civil estas questões devem ser levadas para deliberação destas instâncias superiores. Neste ponto, o Superintendente Sr. Rafael Bueno relatou sobre a última reunião ocorrida na Casa Civil onde foram discutidas, entre outras questões, a qualidade dos projetos apresentados pelas empresas contratadas pelo Banco do Brasil. Tem-se observado falhas graves nos projetos sem que a equipe técnica do Banco tenha rejeitado o estudo apresentado, repassando o problema para a Conab se manifestar, provavelmente, pela falta de experiência no segmento da armazenagem. Lembrou ainda, que no início do projeto foi cogitada a contratação de uma consultoria técnica que poderia auxiliar o Banco nestas questões que exigem um conhecimento maior da atividade de armazenagem. Neste momento o Presidente, Sr. Rubens Rodrigues, solicitou ao Chefe de Gabinete o agendamento de reunião na Casa Civil, com a subsecretaria que acompanha o desenvolvimento do projeto de construção e reforma de armazéns para que a situação ora relatada fosse discutida com aquela Pasta, para o encaminhamento de solução para o problema. Afirmou ainda que o assunto será pautado na reunião do Conad, que vai se realizar no dia 24/06/2015, quando será solicitada a participação do Conselheiro e Secretário do MAPA, Sr. Caio Rocha, na reunião da Casa Civil, considerando que ele atuou na coordenação do Plano Nacional de Armazenagem. 7) Os Diretores registraram críticas ao desempenho da área de comunicação da Conab, especificamente em relação à execução e acompanhamento dos serviços de imprensa, salientando que têm havido equívocos e desencontros que precisam ser corrigidos, exigindo assim um realinhamento da atuação do segmento de imprensa. 8) O Chefe de Gabinete, Sr. Luiz Antônio, submeteu a deliberação da Diretoria Colegiada, solicitação da Presidente do Conselho de Administração, de reforço da equipe que presta apoio aos Colegiados e em função da impossibilidade de se criar novas funções gratificadas, dado o momento de restrição por que passa o setor público. Assim propõe: 8.1) remanejamento de duas funções gratificadas de secretárias da Presidência para o Gabinete, sendo estas funções alocadas na equipe que presta apoio aos colegiados, sob a coordenação da Assessora Ana Dora; 8.2) Na equipe de secretárias que hoje atendem à Presidência e ao Gabin passaríamos a ter duas secretárias e dois apoios; 8.3) em relação ao apoio da Consultoria Jurídica aos membros do Conselho de Administração, o atendimento se dará pela participação obrigatória do Procurador Geral nas reuniões do Conad ou de representante da Cojur por ele indicado. Todos da Diretoria Colegiada concordaram, e o assunto será submetido à deliberação do Conad. Findas as comunicações passou-se à leitura dos votos. 1) **Voto Presi nº 14/2015. Processo nº 21200.00831/2015-90. Memorando de Entendimentos entre a Conab e a FAO.** A Nota Técnica Dipai nº 002/2015, (anexa) apresenta as justificativas sobre a necessidade de as organizações, em um mundo globalizado, trocarem conhecimentos técnicos e expertises, como meio de promover o desenvolvimento interno, dos povos, organizações e países e, a Conab, como uma entidade que desenvolve e executa um enorme número de ações na área da agricultura e abastecimento, particularmente, de pequeno porte e com viés social, não poderia ignorar tal tendência mundial. Dessa forma, considerando ser a FAO um organismo das nações unidas (ONU), voltada para o desenvolvimento de ações para a agricultura e o combate à fome e à desnutrição, similares a diversos programas e ações executados pela Conab, portanto, um dos maiores parceiro geradores de valores para a sociedade e nações menos desenvolvidas, instou esta empresa a trabalhar de forma conjunta e partilhada com aquela organização. Somando as suas estruturas para o cumprimento e execução de projetos dentro do conceito da segurança alimentar e nutricional, respeitadas as suas características e missões institucionais, o que vem valorizar, de forma considerável, o papel da Companhia. O voto foi aprovado nos termos relatados. 2) **Voto Diafi nº 28/2015. Processo nº 21210.000351/2015-**

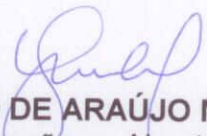
18. Proposta de autorização para deflagração de licitação destinada a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de conservação, limpeza e copa para atuar na sede da Sureg/PR. O contrato de prestação de serviços de conservação, limpeza e copa da sede da Sureg/PR com a empresa Iguaçu Serviços Terceirizados - EIRELI, com vencimento em 01/07/2015, não será renovado face ao desinteresse da empresa na renovação do contrato, fl. 05. Visando a continuidade dos serviços, por empresa especializada, foi elaborado Termo de Referência, às fls. 28/55 com objetivo da realização de Pregão Eletrônico. O Plano de Trabalho, às fls. 23/27, foi aprovado pelo Presidente, onde se estimou, o valor mensal em R\$15.038,51 (quinze mil e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos). A Gejur/PR analisou o Edital e concluiu que o mesmo está de acordo com a Lei nº 8.666/93, procedendo a chancela, fls. 157/160. As despesas decorrentes da contratação ocorrerão a conta do Programa de Trabalho-PT 086352, Fonte de Recursos nº 0250, Natureza da Despesa-ND 339037. Após apresentação, o voto foi aprovado nos termos relatados. **3) Voto Diafi nº 29/2015. Processo nº 21217.000094/2015-46.** Ratificação de inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa SANEAR – Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, para o fornecimento de água canalizada para atender o consumo da UA Colatina/ES. A Sureg ES propõe a contratação da empresa SANEAR – Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, para o fornecimento de água canalizada para atender o consumo da UA Colatina/ES. Comprometido o recurso orçamentário necessário à contratação em tela, Nota de Empenho 2015NE000069, sobreveio a análise jurídica procedida pela Gejur/ES (Parecer Sureg/Gejur ES Nº GG 008/2015, às fls. 40/42) sobre a forma e natureza dos serviços que constituem o objeto do contrato a ser firmado, que se dará de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, respeitados os pressupostos pertinentes a publicação dos atos de inexigibilidade, para que tenham validade legal. O voto foi aprovado nos termos relatados. E nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Luiz Antônio de Castro, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.



RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente



LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
Diretoria Administrativa, Financeira
e de Fiscalização



MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretoria de Operações e Abastecimento



JOÃO MARCELO INTINI
Diretoria de Política Agrícola e Informações



LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO
Secretário